

RESOLUÇÃO STJ N. 10 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Disciplina a emissão, bem como a utilização, de passagens aéreas para magistrados no Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno do STJ, *ad referendum* do Conselho de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º A concessão de passagens aéreas nacionais a ministros, desembargadores convocados, juízes auxiliares e juízes instrutores observará o disposto nesta resolução.

Art. 2º A cota destinada a cada ministro para passagens aéreas é de R\$ 45.564,77 (quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos) por ano.

§ 1º O saldo da cota será extinto ao final de cada exercício.

§ 2º Anualmente, no mês de janeiro, o diretor-geral da Secretaria do Tribunal atualizará, por ato próprio, o valor estabelecido no *caput* com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado do exercício anterior.

Art. 3º O magistrado convocado para atuar no Tribunal que não tenha residência estabelecida no Distrito Federal terá direito a passagens aéreas de ida ao seu estado de origem e volta ao Tribunal, na seguinte forma:

I – magistrado convocado para substituição de ministro: duas passagens por mês, não cumulativas;

II – juiz auxiliar e juiz instrutor: uma passagem por mês, não cumulativa.

Art. 4º Compete à Coordenadoria de Serviços Especiais, da Secretaria de

I – emitir, remarcar e cancelar passagens aéreas e processar os casos de reembolso;

II – controlar as cotas dos ministros.

Art. 5º As passagens aéreas serão emitidas exclusivamente em nome dos ministros, desembargadores convocados, juízes auxiliares e juízes instrutores.

§ 1º As passagens aéreas deverão ser solicitadas mediante a Requisição de Passagens e Diárias – RPD, constante do Programa de Gestão Documental do Tribunal.

§ 2º A requisição poderá ser assinada por servidor lotado no gabinete do magistrado e deverá estabelecer as datas dos voos, sendo vedada a emissão de passagens com data em aberto.

Art. 6º A despesa decorrente de remarcação ou cancelamento de passagem aérea, no caso de ministro, será debitada na cota; no caso de magistrado convocado, será ressarcida ao Tribunal.

Art. 7º Os comprovantes das viagens e as passagens não utilizadas deverão ser apresentados à Coordenadoria de Serviços Especiais em até cinco dias após o retorno à sede do Tribunal ou do cancelamento da viagem.

Parágrafo único. A emissão de nova passagem fica condicionada ao cumprimento do que dispõe o *caput* ou à autorização do presidente do Tribunal.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo presidente do Tribunal.

Art. 9º Fica revogada a [Resolução STJ/06 de 12 de junho de 2014](#).

Art. 10. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Ministro Francisco Falcão.